

A política de reconhecimento e certificação de saberes e sua viabilidade no Instituto Federal do Espírito Santo

The policy of recognition and certification of knowledge and its feasibility at the Federal Institute of Espírito Santo

Recebido: 13/02/2025 | **Revisado:** 08/04/2025 | **Aceito:** 27/04/2025 | **Publicado:** 30/07/2026

Giordana dos Santos Sperandio
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4254-4965>
Instituto Federal do Espírito Santo
E-mail: giordanasperandio@gmail.com

Maria José de Resende Ferreira
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9442-0468>
Instituto Federal do Espírito Santo
E-mail: majoresende@yahoo.com

Aldo Rezende
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7239-1002>
Instituto Federal do Espírito Santo
E-mail: majoresende@yahoo.com

Como citar: SPERANDIO, G. S.; FERREIRA, M. J. R.; REZENDE, A. A política de reconhecimento e certificação de saberes e sua viabilidade no Instituto Federal do Espírito Santo. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 02, n. 26, p.1-20 e18309, jul. 2026. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 Unported License.

Resumo

Este artigo analisa a viabilidade da implementação do Re-Saber no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), com ênfase na EJA no contexto do Proeja. Tem como aportes teóricos os estudos no campo das políticas públicas, trabalho e educação; e do ponto de vista metodológico, lançou mão da abordagem qualitativa por meio do estudo de caso. Os resultados envolvem a necessidade de formação docente devido à resistência ao modelo de certificação e adequações regulatórias na política e expõe os desafios institucionais, técnicos e culturais no processo de reconhecimento de saberes adquiridos fora do ensino formal. Ademais, são apontados caminhos para aprimorar a política, a fim de contribuir para a democratização da educação e o fortalecimento da empregabilidade dos trabalhadores.

Palavras-chave: Reconhecimento de saberes; Re-Saber; Educação Profissional e Tecnológica; Educação de Jovens e Adultos; Política educacional.

Abstract

This article analyzes the feasibility of implementing Re-Saber at the Federal Institute of Espírito Santo (Ifes), with an emphasis on Youth and Adult Education (EJA) within the Proeja context. The theoretical framework is based on studies in the fields of public policy, labor, and education. Methodologically, the study adopts a qualitative approach through a case study. The results highlight the need for teacher training due to resistance to the certification model and regulatory adjustments in policy. Additionally, the study exposes institutional, technical, and cultural challenges in the process of recognizing knowledge acquired outside formal education. Furthermore, it suggests ways to improve the policy to contribute to the democratization of education and strengthen workers' employability.

Keywords: Knowledge recognition; Re-Saber; Professional and Technological Education; Youth and Adult Education; Educational policy.

1 INTRODUÇÃO

[...] o ponto de partida do processo formal da instrução não é a ignorância do educando e sim, ao contrário, aquilo que ele sabe (Pinto, 1989, p. 73).

O reconhecimento e a certificação de saberes adquiridos fora do ambiente formal de ensino representam uma das discussões mais relevantes no campo das políticas educacionais contemporâneas. No Brasil, essa questão assume particular importância no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (Proeja), ao considerar as trajetórias de estudantes historicamente marginalizados pelo sistema escolar. Muitos desses sujeitos possuem ricas vivências laborais e sociais, frequentemente invisibilizadas nos processos formais de ensino e aprendizagem (Freire, 1987; Gadotti, 2014).

O país enfrenta um cenário alarmante no que se refere à escolaridade da população: mais de 57 milhões de brasileiros não concluíram a educação básica (Inep, 2023). A modalidade EJA, nessa conjuntura, configura-se como um dos mecanismos essenciais para ampliar o acesso à escolarização, porém sua efetividade é limitada por desafios estruturais e curriculares. O Proeja, ao integrar a EJA à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), intenta qualificar trabalhadores com a elevação da escolaridade, mas ainda carece de instrumentos que permitam reconhecer saberes adquiridos na experiência, o que poderia contribuir com o processo de qualificação profissional (Brasil, 2007; Gadotti, 2014). A ausência de mecanismos institucionais para a validação de aprendizagens informais representa uma barreira à inclusão desses sujeitos e à valorização de suas trajetórias profissionais.

Diante desse desafio, o Sistema Nacional de Reconhecimento e Certificação de Saberes e Competências Profissionais (Re-Saber), regulamentado pela portaria nº 24/2021 (Brasil, 2021), apresenta-se como uma política pública promissora ao possibilitar a certificação de conhecimentos adquiridos em contextos não formais. Como destaca Souza (2022), política pública é uma área de estudos voltada para a ação governamental e suas implicações, bem como o processo de tradução de intenções em ações concretas. A autora afirma que esse campo é holístico, pois integra múltiplas disciplinas como a ciência política, economia, sociologia e até a filosofia, o que contribui para uma análise mais completa e aprofundada. Essa interdisciplinaridade permite que as iniciativas governamentais sejam analisadas sob diferentes ângulos e métodos, sem comprometer a coerência teórica. Após sua elaboração, essas políticas se concretizam por meio de planos, programas e projetos, e são posteriormente monitoradas e avaliadas para garantir que cumpram seus objetivos. Esse ciclo é essencial para compreendê-las como um processo dinâmico e contínuo, que envolve tanto ações governamentais quanto a participação de outros atores sociais. Além disso, representam um instrumento para colocar o poder público em ação e, quando necessário, reorientar suas estratégias (Souza, 2022).

Nessa perspectiva, a implementação do Re-Saber nos Institutos Federais não se limita a um processo técnico-administrativo, mas configura-se como um

instrumento estratégico de inclusão educacional e justiça social. Seu sucesso depende não apenas de normativas e diretrizes institucionais, mas também da superação de desafios culturais e operacionais, que exigem um planejamento que considere as diferentes perspectivas envolvidas. Embora represente um avanço na consolidação de uma educação mais inclusiva e alinhada às realidades sociais e laborais dos trabalhadores, sua viabilidade prática e os desafios institucionais para sua adoção ainda precisam ser analisados com maior profundidade.

O texto em pauta analisa a viabilidade da implementação do sistema Re-Saber para o reconhecimento e certificação de saberes adquiridos fora do ensino formal, com ênfase na EJA no contexto do Proeja, e está estruturado em cinco seções. A Introdução contextualiza o reconhecimento e a certificação de saberes no âmbito da EJA e do Proeja. Na sequência, a seção “Cenários internacional e nacional acerca da Política de Reconhecimento de Saberes” apresenta o debate sobre a certificação de saberes em contextos internacionais e nacionais à luz da educação emancipatória de Paulo Freire e do conceito de educação *omnilateral*. Os Procedimentos metodológicos detalham a abordagem qualitativa adotada no estudo. Posteriormente, na seção de Resultados e Discussão, são analisadas as percepções dos estudantes, docentes e gestores acerca da política de reconhecimento de saberes. Por fim, as Considerações Finais sintetizam os principais achados da pesquisa e destacam recomendações para a implementação do Re-Saber nos Institutos Federais.

2 CENÁRIOS INTERNACIONAL E NACIONAL ACERCA DA POLÍTICA DE RECONHECIMENTO DE SABERES

A relevância atribuída aos modos informais e não formais de aprender é muito recente e ainda controversa, pois ao longo de décadas, nas sociedades ocidentais contemporâneas, a forma escolar moderna foi cimentando a sua hegemonia, tornando-se o único contexto reconhecido social e institucionalmente de realização de aprendizagens. O reconhecimento de outros modos de aprender como válidos, validáveis e certificáveis, na Europa e no mundo, integra-se em estratégias recentes de desenvolvimento da educação e formação de adultos que valorizam a aprendizagem realizada pelas pessoas ao longo da vida (Aníbal, 2013, p. 2).

O reconhecimento e a certificação de saberes adquiridos fora do ambiente formal de ensino têm sido objeto de crescente atenção no campo das políticas educacionais nacionais e internacionais. Embora essa prática seja relativamente recente, insere-se em um movimento mais amplo de flexibilização dos sistemas de ensino e de valorização da aprendizagem ao longo da vida (Andersson; Osman, 2008; OECD, 2023). Essa mudança reflete uma crescente valorização de saberes adquiridos em contextos não formais e informais, em contraposição ao modelo tradicional de ensino que, por décadas, consolidou-se como o único meio legitimado de validação do conhecimento nas sociedades ocidentais contemporâneas (Aníbal, 2013).

No Brasil, essa limitação impacta diretamente os sujeitos da EJA, cujas trajetórias educacionais são frequentemente marcadas por descontinuidades e por um distanciamento das estruturas convencionais de ensino (Gadotti, 2014). O modelo tradicional desconsidera a riqueza dos saberes adquiridos por meio do trabalho, da convivência social e da experiência cotidiana, perpetuando as desigualdades na certificação dos saberes. Como aponta Freire (1987), a educação deve partir do reconhecimento das vivências dos educandos, rompendo com a visão bancária do ensino e adotando uma abordagem dialógica e emancipatória. A crítica ao modelo tradicional de ensino encontra respaldo no conceito de educação *omnilateral*, defendido por Manacorda (2010), que propõe a superação da dicotomia entre trabalho e conhecimento. No contexto da EPT, essa abordagem se torna central, pois permite integrar saberes oriundos das experiências laborais aos processos formais de ensino e aprendizagem. Conforme Gadotti (2014, p. 17):

É uma humilhação para um adulto ter que estudar como se fosse uma criança, renunciando a tudo o que a vida lhe ensinou. É preciso respeitar o educando adulto, utilizando-se uma metodologia apropriada, que resgate a importância de sua biografia, da sua história de vida. Os jovens e adultos alfabetizados já foram desrespeitados uma vez quando tiveram seu direito à Educação negado. Não podem, ao retomar seu processo educacional, ser humilhados, mais uma vez, por uma metodologia que lhes nega o direito de afirmação de sua identidade, de seu saber, de sua cultura.

Nesse contexto, o reconhecimento de saberes adquiridos ao longo da vida não apenas valoriza as experiências dos trabalhadores e sujeitos da EJA, mas também fortalece sua autoestima e legitima suas trajetórias educacionais e profissionais.

2.1 O RECONHECIMENTO DE SABERES NA PERSPECTIVA INTERNACIONAL

No cenário global, diversos países avançaram no debate sobre o reconhecimento de aprendizagens prévias, com políticas consolidadas como o *Recognition of Prior Learning* (RPL), presente em países como Canadá, França e Austrália, e o *European Qualifications Framework* (EQF), adotado na União Europeia (Andersson; Fejes; Sandberg, 2017; Maurer, 2023). Essas iniciativas foram institucionalizadas para flexibilizar trajetórias acadêmicas e profissionais para promover a inclusão e a empregabilidade (Andersson; Fejes; Sandberg, 2017). A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OECD (2023) destaca que a certificação de saberes desempenha um papel essencial no alinhamento entre educação e mundo do trabalho, possibilitando que trabalhadores tenham suas habilidades reconhecidas formalmente, sem a necessidade de repetição de conteúdos já dominados.

Diferentes modelos de RPL foram implementados ao redor do mundo. Na Austrália, Canadá e França, os sistemas de certificação estão integrados às

qualificações nacionais para garantir maior legitimidade e aceitação por parte das instituições educacionais e do setor produtivo (Andersson; Fejes; Sandberg, 2017). Na Suécia e na Suíça, conforme aponta Maurer (2023), os mecanismos de certificação contribuem para a redução das desigualdades educacionais, embora enfrentam desafios relacionados à padronização dos critérios de avaliação e à resistência institucional.

Andersson; Osman (2008) analisam a implementação do RPL na Europa e evidenciam que, apesar dos avanços normativos, os desafios persistem na aceitação dos certificados por parte do setor produtivo e das próprias instituições de ensino. Esses estudos evidenciam a importância de um forte compromisso institucional para garantir que a certificação de saberes tenha um impacto real na inclusão social e na mobilidade profissional, bem como o impacto emocional.

2.2 O RECONHECIMENTO DE SABERES NO BRASIL

Reconhecer e certificar os conhecimentos desenvolvidos ao longo de uma vida, oportunizando ao homem a condição de buscar a disciplina moral indicada por Kant, por meio do conhecimento formalmente elaborado – o desfrutar do conhecimento acumulado pelos nossos antecessores – deve ser uma alternativa de recuperação da dignidade, expressa pela efetivação de sua cidadania. [...] Esta alternativa, também perpassa o interesse de resgatar a dignidade humana, afirmada pelo uso autônomo da razão e a possibilidade de desenvolvimento humano de acordo com o princípio a priori de que todo homem tem em si um valor intrínseco, não podendo ser pensado como “coisa” que possa ser trocada por um equivalente. Segundo este entendimento, o homem deixa de ter um valor condicionado – como é apresentado pela lógica capitalista excludente – recuperando sua própria condição de homem (Hickenbick; Ramos; Rosa, 2017, p. 189).

No Brasil, a *timeline* da Política de Reconhecimento de Saberes – desde a Rede CERTIFIC, passando pelo Re-Saber, até a nova Rede Certifica¹ – demonstra o processo contínuo e o aperfeiçoamento das estratégias dessa política pública. Essas iniciativas representam um avanço ao possibilitar a validação de conhecimentos adquiridos fora do sistema formal, especialmente no contexto da EJA e da EPT e do Proeja. No entanto, a implementação dessas políticas ainda enfrenta desafios significativos.

O estado da arte dessa Política no Brasil ainda apresenta lacunas significativas quanto à sua operacionalização no contexto da EPT. Enquanto os estudos

1 A Rede Certifica é a evolução da Rede Certific e representa uma iniciativa de política pública da EPT, voltada para o atendimento a trabalhadores que buscam o reconhecimento formal de conhecimentos e competências profissionais adquiridos em processos de aprendizagem formais, não-formais e informais ao longo de sua trajetória de vida e trabalho, por meio de processos de certificação profissional (Brasil, 2014; 2024).

internacionais enfatizam a necessidade de alinhar políticas educacionais às exigências do mundo do trabalho (OECD, 2023), as pesquisas nacionais carecem de investigações empíricas sobre os impactos da certificação de saberes na EPT e no Proeja, especialmente sob a perspectiva dos sujeitos da EJA e dos gestores institucionais. Essa lacuna torna-se ainda mais evidente ao se considerar que, embora normativas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996, e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) no Parecer CNE/CEB nº 11/2012 e na Resolução CNE/CEB nº 06/2012, bem como a portaria nº 24/2021 (Re-Saber) e, mais recentemente, a portaria nº 902/2024 (Rede Certifica), já prevejam metodologias para a avaliação e certificação de competências profissionais, os estudos sistemáticos que analisem a percepção de estudantes, docentes e gestores sobre a implementação dessa Política, bem como pesquisas que avaliem seus impactos concretos na trajetória acadêmica e profissional desses sujeitos ainda são escassos.

No âmbito do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), *locus* da pesquisa em tela, a Política de Reconhecimento de Saberes apresenta um percentual ínfimo de ações voltadas para a certificação e valorização dos saberes dos trabalhadores, especialmente no contexto do Proeja. Enquanto a valorização dos saberes docentes tem ganhado cada vez mais espaço no debate educacional, a valorização dos saberes dos trabalhadores ainda é pouco discutida e muitas vezes negligenciada.

Nesse sentido, a pesquisa conduzida evidenciou três desafios centrais para a efetivação do Re-Saber, os quais precisam ser superados para garantir sua implementação de forma equitativa e eficaz.

1. **Necessidade de formação docente:** muitos educadores ainda não possuem preparo adequado para avaliar e certificar saberes adquiridos fora do ambiente escolar.
2. **Desenvolvimento de metodologias adequadas:** é necessário criar instrumentos eficazes para a certificação de competências informais, garantindo a confiabilidade e a equidade do processo.
3. **Resistências culturais e institucionais:** a predominância da certificação tradicional dificulta a aceitação de novos modelos de validação de saberes, por parte das instituições educacionais.

Diante dessas dificuldades, a adoção de portfólios digitais, entrevistas estruturadas e metodologias participativas tem sido apontada como uma alternativa promissora para consolidar a política de certificação no Brasil. Essas estratégias são amplamente utilizadas em países que implementaram com sucesso o *Recognition of Prior Learning* (RPL), permitindo que o reconhecimento de saberes seja feito de maneira justa e alinhada às necessidades dos sujeitos envolvidos (OECD, 2023; Andersson; Fejes; Sandberg, 2017).

Vieira Pinto (1989, p. 83) reforça a importância de validar os saberes dos trabalhadores ao afirmar que “o educando adulto é antes de tudo um membro atuante da sociedade. Não apenas por ser um trabalhador, mas por um conjunto de ações que exerce sobre um círculo de existência” - dessa forma, a certificação de saberes não deve ser vista apenas como um mecanismo técnico de validação de saberes e

competências, mas como um instrumento fundamental para a democratização da educação e a valorização das trajetórias de vida dos sujeitos. Ao reconhecer e validar o conhecimento adquirido no trabalho, nas interações sociais e nas experiências individuais, o Brasil avança na construção de um sistema educacional mais inclusivo e conectado com as realidades dos trabalhadores.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa qualitativa caracterizada como um estudo de caso (Lüdke; André, 1986) se mostrou adequada para compreender as singularidades do público da EJA, que reúne estudantes com trajetórias marcadas pela exclusão educacional e experiências diversas no mundo do trabalho. Essa abordagem permitiu captar a riqueza das vivências e dos saberes dos participantes, fundamentais para investigar a viabilidade da implementação do Re-Saber. A natureza exploratória do estudo possibilitou investigar um campo emergente, levantando informações e reflexões iniciais para subsidiar discussões e ações futuras. Essa metodologia foi escolhida por sua flexibilidade e capacidade de capturar a riqueza de informações a partir de diferentes fontes e perspectivas.

4 A PRODUÇÃO DE DADOS

Para garantir a triangulação das informações e a validade dos achados, a pesquisa utilizou múltiplos métodos de produção de dados. Essa abordagem possibilitou uma visão mais abrangente do objeto de estudo. O recorte cronológico da pesquisa inclui:

- Primeira etapa: Análise Documental – constituiu-se de revisão de normativas, políticas públicas e documentos institucionais relacionados ao Proeja e ao Re-Saber. Esta fase possibilitou compreender o contexto normativo e institucional da política de certificação.
- Segunda etapa: Observação e Visitas *in Loco* - realizada nos *campi* Serra e Vitória do Ifes, denominada “Escuta”. Esta ação permitiu uma análise contextualizada das dinâmicas educacionais e institucionais.
- Terceira etapa: Rodas de Conversa e Grupos Focais - realizados com estudantes e docentes do Proeja, permitindo compreender percepções coletivas e aprofundar discussões sobre os impactos do reconhecimento de saberes.
- Quarta etapa: Questionários - aplicados a estudantes, docentes e coordenadores para captar as percepções, expectativas e desafios relacionados à política de reconhecimento de saberes.
- Quinta etapa: Entrevistas semiestruturadas² - conduzidas com gestores institucionais, docentes, coordenadores e pedagoga do Proeja, a fim de

2 Antes da produção de dados, os participantes foram informados sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa e foram solicitados a fornecer consentimento informado por escrito. As identidades dos

aprofundar a análise sobre a viabilidade e os desafios da implementação do Re-Saber.

Como critérios de seleção dos participantes e amostragem, a pesquisa foi conduzida nos *campi* Serra e Vitória do Ifes, ambos situados em regiões com características socioeconômicas e culturais diversificadas. A escolha dessas unidades foi estratégica, levando em consideração a relevância da oferta do Proeja e a presença de atores-chave para a implementação da política de reconhecimento de saberes.

A composição da amostra buscou abranger diferentes perspectivas institucionais, contemplando:

Sujeitos	Objetivo	Quantidade
Estudantes	Captar a pluralidade de experiências e necessidades educacionais.	17
Docentes	Contribuir com reflexões sobre práticas pedagógicas e desafios enfrentados.	6
Coordenadores e pedagoga	Compartilhar a visão estratégica sobre a implementação da política de reconhecimento de saberes.	3
Gestores Institucionais	Oferecer uma perspectiva institucional sobre as políticas educacionais e os desafios estruturais para a implementação do Re-Saber.	2

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A diversidade de participantes e métodos empregados proporcionou uma produção de dados abrangente, possibilitando uma análise contextualizada e triangulada sobre a viabilidade da Política de Reconhecimento de Saberes no Proeja.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS PRODUZIDOS

Os dados produzidos foram tratados por meio da análise de conteúdo de Bardin (1977), estruturada em três etapas: (i) pré-análise, com organização inicial dos dados e formulação de ideias preliminares; (ii) exploração do material, com categorização temática e codificação dos dados; e (iii) tratamento e interpretação dos resultados, considerando o contexto educacional e social.

participantes foram mantidas em confidencialidade, e todas as informações pessoais foram codificadas para assegurar o anonimato.

5.1 PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES

[...] a história de todas as atividades de educação e formação de pessoas adultas é também a história das instituições, das organizações, das pessoas e dos seus motivos de aprendizagem (Alcoforado, 2014, p. 3).

Os estudantes participantes da pesquisa demonstraram expectativas positivas em relação ao reconhecimento e certificação de saberes adquiridos ao longo da vida. Para a maioria, essa política é vista como uma oportunidade de validar experiências profissionais e acadêmicas, ampliar suas perspectivas de empregabilidade e ascensão no mundo do trabalho. No contexto do Proeja, onde a conciliação entre trabalho e estudo é um desafio constante, a integração entre educação formal e não formal foi amplamente reconhecida como uma necessidade.

Os relatos indicam que os estudantes atribuem grande valor ao reconhecimento formal das competências adquiridas empiricamente. Como ilustra o depoimento de um estudante trabalhador (2024):

[...] quando eu fui trabalhar no laboratório [de Química], eu precisava fazer a cada 8 meses uma reavaliação total para ver se eu estava apto a trabalhar com análise. Então eu fui para a bancada analítica com um monte de engenheiro químico como um ninguém. Mas aí vindo [...] fui aprendendo a lidar com as situações dentro do laboratório e desenvolvendo conhecimento. [...] trabalhei praticamente 10 anos no laboratório, 10 anos e a carteira já como analista químico. Só que eu não era. [...] na época eu até procurei fazer Engenharia Química, mas eu não tinha o ensino médio, eu precisava correr atrás do supletivo. Era uma loucura. [...] eu trabalhava 12 horas [por dia]. [...] Era muito cansativo, puxado o tempo todo. Então fui empurrando isso. [...] A minha carteira foi assinada esse tempo todo como analista no laboratório, porém, eu não tenho certificado CRQ. [...] E eu tenho um amigo que trabalhava comigo [...] você vai para São Paulo, faz as provas que tem uma escola que através do seu conhecimento, o tempo que você tem na sua carteira, você consegue fazer na escola. De repente, 45 dias lá você resolve o seu problema. Você vem para cá e volta à atividade que você estava (referindo-se ao Reconhecimento de Saberes).

Para aprofundar a análise, foi perguntado aos estudantes em quais situações ou contextos o reconhecimento e certificação de saberes seriam mais úteis. As respostas foram categorizadas conforme os principais impactos apontados pelos participantes: acesso mais rápido ao mundo do trabalho (17,65% das respostas); evitar a repetição de conteúdos já dominados; aumento da empregabilidade e melhores salários; facilidade para comprovação de domínio de um conhecimento

específico, e realização do sonho de ter um diploma. Alguns depoimentos ilustram essas percepções:

Pra gente ir pro mercado de trabalho mais rápido, sem ficar tanto a escola estudando algo que eu já sei fazer. Ter reconhecimento no salário (Estudante Trabalhador 2).

Para concorrer à uma vaga de trabalho, as chances seriam maiores (Estudante Trabalhador 4).

Eu não pude dar aula de artesanato no CRAS porque eu não tinha certificado. Então, se eu tiver o reconhecimento terei mais oportunidades de trabalho e ganhar mais (Estudante Trabalhador 5).

Pra melhorar meu nível de educação, ajudar a ter melhores empregos, ter carteira assinada, benefícios (Estudante Trabalhador 6).

Além disso, muitos estudantes destacaram a relevância do reconhecimento para pessoas mais velhas e profissionais que já atuam há anos em determinada área sem certificação formal, o que indica a necessidade de um sistema flexível e inclusivo.

Em situações de pessoas que por exemplo já exercem a profissão a anos e vivem dessa profissão, isso permitiria que essas pessoas teriam comprovação de profissão (Estudante Trabalhador 14).

Talvez para pessoas que já estão mais velhas e não tiveram reconhecimento devido ou filhos ensinados pelos pais em casa tendo um conhecimento mais adiantado (Estudante Trabalhador 16).

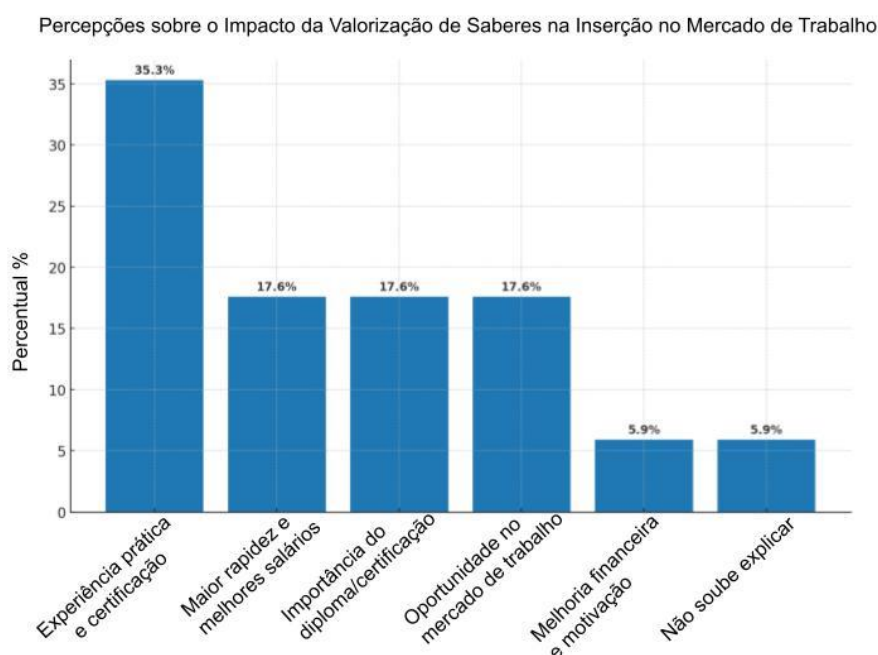
Conhecimentos passados por geração familiar pode ser úteis e facilitar a entrada de profissionais competentes em várias áreas, e se certificar eles ficariam mais fácil a adesão de profissionais competentes! (Estudante Trabalhador 13).

É notório que os trabalhadores veem a certificação como crucial para validar experiências profissionais já existentes e facilitar o acesso a empregos, especialmente para aqueles que já têm um conhecimento profundo em suas áreas, mas carecem de diplomas formais. Ademais, mencionaram que o reconhecimento de saberes seria útil para obter promoções ou reconhecimento em seus campos de trabalho, onde a experiência prática e as habilidades são frequentemente subvalorizadas sem a comprovação formal.

Outro ponto destacado foi sobre educação e formação continuada, em que a certificação de saberes seria benéfica por facilitar o acesso contínuo à educação e ao desenvolvimento profissional para pessoas com diversas experiências informais. Por fim, foi trazido o pilar da satisfação pessoal que esse sistema proporciona, pois seria a “Realização do sonho de ter o diploma para ingressar no mercado de trabalho na área tão desejada” (Estudante Trabalhadora, 2024).

Observou-se que seria pertinente perguntar sobre o reconhecimento formal de aprendizados informais e como isso poderia impactar suas oportunidades de trabalho. A figura abaixo aponta a distribuição percentual das respostas em diferentes categorias, destacando as principais áreas de impacto identificadas pelos entrevistados:

Figura 1: Percepções sobre o Impacto da Valorização de Saberes na Inserção no Mercado de Trabalho.



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Os dados apontam um consenso entre os discentes de que a valorização dos saberes adquiridos fora de contextos formais de educação poderia, significativamente, melhorar suas perspectivas de emprego. Eles veem a certificação dessas habilidades como uma maneira de validar formalmente experiências que, apesar de valiosas, muitas vezes não são reconhecidas no mundo do trabalho devido à falta de comprovação formal. Essas respostas indicariam oportunidade de implementar sistemas de reconhecimento e certificação de saberes no Proeja que proporcione aos trabalhadores uma maneira de formalizar suas habilidades e experiências, e, assim, melhorar suas perspectivas de emprego e crescimento profissional.

Investigamos os possíveis obstáculos percebidos pelos participantes na implementação de um sistema de reconhecimento e certificação de saberes adquiridos fora do ambiente formal de ensino. As respostas indicaram uma diversidade de preocupações, incluindo rejeição no mercado, barreiras relacionadas à idade, falta de apoio institucional, medo de não ser reconhecido e dificuldades em contextos específicos, como áreas de conhecimento tradicionalmente rígidas (advocacia e medicina). Houve ainda preocupação com a confiança nos certificados

emitidos, ressaltando a necessidade de endosso por instituições respeitáveis. Além disso, foram mencionados desafios práticos, como dificuldades em exames por indivíduos com aprendizado exclusivamente empírico e o impacto da informatização excessiva do processo, que poderia excluir trabalhadores com baixa familiaridade tecnológica.

Entretanto, parte significativa dos participantes não identificou barreiras significativas para a implementação do sistema. Para alguns, a certificação não apresentaria desafios relevantes: “Acho que não teria desafios” (Estudante Trabalhadora 5, 2024). Outros demonstraram confiança no valor do conhecimento adquirido: “Nada, pois o que adquirir, não tem como perder” (Estudante Trabalhador 8, 2024)."

Identificamos diversas preocupações relevantes quanto aos desafios na implementação de um sistema de reconhecimento e certificação de saberes, destacando a necessidade de considerar essas percepções no desenvolvimento do Re-Saber. Entre os principais pontos, emergem a insegurança e a falta de confiança dos trabalhadores em relação ao valor de seus saberes, especialmente frente à visão social que privilegia a formação formal em instituições renomadas. Esses receios reforçam a importância de construir um sistema respeitado e inclusivo, capaz de validar as habilidades adquiridas de forma não formal, a fim de promover a valorização e a justiça educacional, como podemos verificar nas falas dos Estudantes Trabalhadores 3 e 6: “Eu tenho medo de não ser reconhecido”; “Eu não ser escolhida para participar do processo”.

É essencial, portanto, em qualquer situação, fortalecer a autoestima dos trabalhadores e reconhecer o valor intrínseco de seus saberes, promovendo um ambiente inclusivo e acolhedor que valorize a diversidade de experiências e conhecimentos.

Os estudantes do Proeja demonstraram grande interesse e expectativas positivas em relação a um possível processo de reconhecimento e certificação de saberes no IFES. Dos 17 participantes, 14 responderam à pergunta, sendo que 6 declararam simplesmente “Sim”, evidenciando o desejo por validação formal, independentemente do método. Os demais 8 estudantes expressaram expectativas específicas, como apoio institucional, credibilidade do processo, parcerias com empresas renomadas, e acessibilidade inclusiva. Eles destacaram a importância de validar competências adquiridas em contextos não formais para melhorar suas oportunidades de emprego e realização profissional. A validação dos saberes foi percebida como uma oportunidade de inclusão, equidade e transformação, especialmente para aqueles que, apesar de suas habilidades práticas, enfrentam barreiras no mercado de trabalho devido à falta de certificação formal. A implementação de um sistema como o Re-Saber é vista como uma iniciativa essencial para promover o reconhecimento e a valorização das trajetórias de vida desses trabalhadores.

Os dados refletem otimismo, pois veem o futuro do reconhecimento e certificação de saberes no Proeja como oportunidade para facilitar a inserção no mercado de trabalho, melhorando o currículo e o salário dos trabalhadores. “Eu vejo muitas pessoas felizes, tendo oportunidade de entrar e mostrar o que sabe fazer,

entrar mais rápido no mercado de trabalho porque terá diploma, currículo melhor e melhor salário” (Estudante Trabalhadora 2). Eles acreditam que tal iniciativa será bem-sucedida devido ao respaldo institucional do Ifes: “Acho promissor e vai depender muito de quem está aqui no Ifes, ter o intuito de ajudar as pessoas” (Estudante Trabalhadora 4).

O levantamento de dados realizado revelou expectativas significativas e diversas preocupações dos estudantes do Proeja em relação ao reconhecimento e certificação de saberes adquiridos fora do ambiente formal. Muitos participantes expressaram o desejo de que o processo seja inclusivo, rigoroso e reconhecido socialmente, e destacaram a importância de validar suas competências para melhorar oportunidades de emprego. Essas expectativas refletem o desejo por um sistema que integre métodos teóricos e práticos de avaliação, respeitando as trajetórias únicas de aprendizagem dos sujeitos. Conforme Freire (1996, p. 8) aponta:

[...] se estivesse claro para nós que foi aprendendo que aprendemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significação.

Essa visão está alinhada com a necessidade de um processo educativo que valorize tanto o aprendizado formal quanto o prático.

Ainda, conforme Alcoforado (2014), embora haja consenso sobre a importância de reconhecer saberes não formais, a implementação prática enfrenta desafios como a falta de modelos que promovam autonomia e transformação social. Enquanto algumas abordagens mais instrumentais podem enfraquecer o poder de negociação dos trabalhadores, uma perspectiva emancipatória valoriza a transformação da ação e a promoção da autonomia.

Ao levar em consideração as vozes dos trabalhadores, o Ifes pode assegurar que o sistema Re-Saber não apenas atenda às necessidades imediatas dos sujeitos, mas também o fortaleça como um modelo de referência para o reconhecimento de saberes em contextos educacionais em todo o Brasil, conforme apresenta o pensamento de Gadotti (2012, p. 28), “Não só as pessoas precisam educar-se socialmente. O próprio sistema educacional precisa ser educado socialmente, para pensar o social”.

5.2 PERCEPÇÕES DOS DOCENTES, COORDENADORES E DA PEDAGOGA SOBRE O RECONHECIMENTO DE SABERES

Existem meios de abrir espaços para que a educação possa, a qualquer momento, livrar o homem de sua condição de minoridade moral, abrindo-lhe espaços para que seus saberes sejam reconhecidos e que ele possa ver a si mesmo como detentor de

direitos, porque, ainda que não tenha lhe sido oportunizada a educação formal, soube guiar-se para que desenvolvesse as condições necessárias para orientar seu entendimento (Hickenbick; Ramos; Rosa, 2017, p. 189).

A aplicação de questionários junto aos docentes, coordenadores e à pedagoga do Proeja no IFES revelou percepções relevantes sobre a implementação do Re-Saber. Os professores destacaram desafios como a heterogeneidade das turmas, lacunas na formação básica dos estudantes e a necessidade de práticas pedagógicas mais inclusivas. Os docentes enfatizaram a importância de um processo de certificação humanizado e rigoroso, que valorize as experiências práticas dos estudantes e promova maior motivação e autoestima. Uma das professoras realçou a necessidade de uma abordagem pedagógica humanizada, e enfatizou que trabalhar com os sujeitos do Proeja requer “atenção maior na sua forma de ensinar. Precisamos ter uma educação humanizada, regada de empatia, cuidado e paciência”.

Os coordenadores reforçaram a relevância do Re-Saber e apontaram benefícios como a valorização das trajetórias de vida, a ampliação do acesso à certificação profissional e a integração de saberes formais e informais. Contudo, identificaram desafios operacionais, como a necessidade de capacitação docente e adaptações curriculares. A pedagoga entrevistada destacou a necessidade de acompanhamento próximo dos estudantes e contínua formação dos educadores para lidar com as especificidades do público da EJA.

Os participantes também apontaram iniciativas como o Encceja e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) como referências para elevar a escolaridade dos trabalhadores. Apesar das dificuldades estruturais e culturais, os respondentes reconhecem o potencial transformador do Re-Saber para promover a inclusão social e profissional, valorizando os saberes adquiridos fora do ambiente formal.

A implementação bem-sucedida do Re-Saber requer enfrentamento dos desafios identificados, com investimentos em formação contínua, sensibilização institucional e práticas pedagógicas alinhadas às necessidades dos sujeitos da EJA, como afirmou um coordenador “penso que assim como o Proeja o Re-Saber pode ser um importante instrumento de inclusão de uma parcela significativa de jovens, adultos e idosos trabalhadores que, por longos anos, foram excluídos da educação formal. Dessa forma, poderá, além de incluir, validar, não apenas seus saberes ancestrais, profissionais, mas, acima de tudo, possibilitar a esses sujeitos a conquista e realização de seus sonhos e de sua dignidade”.

5.3 PERCEPÇÃO DOS GESTORES

A entrevista com os gestores revelou perspectivas fundamentais sobre a viabilidade da implementação da Política de Reconhecimento de Saberes e Competências no IFES. Ambos destacaram o potencial transformador da política para promover inclusão social, valorização de saberes não-formais e democratização do acesso à educação.

O Gestor 1 reconheceu os desafios culturais e estruturais da instituição, como a resistência ao reconhecimento de saberes adquiridos fora do ambiente escolar “Nós temos uma questão de cultura interna, e em alguns casos, eu chegaria até a dizer que é preconceituosa”. Ademais, o Gestor 1 enfatizou a necessidade de enfrentar essas barreiras de forma proativa e reforçou que a política está alinhada à missão institucional de atender às demandas educacionais da sociedade:

[...] a gente olha muito para o para o pesquisador [...] mas se você olha para o outro, para aquela pessoa que tem uma necessidade de uma formação, é claro que para ela é importante ter esse conhecimento ou ter aquela formação. Então a gente precisa olhar muito para o outro e a instituição oferecer todas as possibilidades. [...] Nós temos determinados princípios educacionais da Rede (Federal) que a gente precisa considerar, mas é numa visão muito para dentro. Então a gente precisa ter uma visão mais ampla e olhar para as pessoas que têm essa necessidade; que a gente ofereça a esse estudante, a essa pessoa que procura a nossa instituição, um olhar para o outro [...]

O Gestor 2 destacou a estagnação no avanço da certificação de saberes desde a introdução do Re-Saber e apontou barreiras como a falta de regulamentação interna e carga horária para as comissões. Ela afirmou que o Re-Saber tem potencial para resolver problemas institucionais, como o abandono escolar: “A ideia era fazer uma chamada pública para esses estudantes voltarem e criarmos as condições [...] para eles poderem acessar esse conhecimento e receber o certificado”. A gestora compreende que

[...] a gente precisa sair desse discurso da precarização para entender que a gente está num outro momento da sociedade. Acho que tem um lugar para todo mundo, para aquele que vem fazer o curso completo, para aquele que precisa da nossa ajuda, né? Para poder continuar fazendo o produto dele lá (produtor rural, por exemplo), ou para poder se colocar, ter uma qualidade de vida melhor, mas que nunca vai poder fazer uma graduação no Ifes ou ensino médio.

Além disso, destacou o impacto positivo na credibilidade da instituição: “[...] vai aumentar ainda mais a nossa credibilidade como instituição e a gente vai poder melhorar a qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras aqui do Espírito Santo”.

Ambos gestores concordaram sobre os múltiplos benefícios da implementação do Re-Saber, incluindo o fortalecimento da autoestima dos estudantes, maior inclusão social, e maior alinhamento às demandas da sociedade. No entanto, ressaltaram que o sucesso da política depende de mudanças culturais, treinamento docente e planejamento estratégico. O Gestor 2 sugeriu uma implementação gradual e adaptável “Provavelmente a gente vai criar normativa, depois vai melhorar, vai aprimorar [...]”.

O Gestor 1 considera que não há riscos significativos na implementação do Re-Saber, afirmando que possíveis desafios técnicos e operacionais são superáveis e

que a Política se alinha à missão do IFES. Por outro lado, o Gestor 2 identifica riscos relacionados à carga horária insuficiente, dificuldades de acesso devido à localização dos *campi* e a necessidade de recursos adicionais para estruturar comissões. Como mitigação, os gestores propõem formação contínua dos docentes, criação de normativas internas claras e narrativas que promovam a aceitação do Re-Saber. A capacitação docente é vista como essencial para superar resistências culturais e garantir que a política seja percebida como legítima e necessária. Estratégias nacionais, como o Projeto Oficinas do Re-Saber, também reforçam a importância do fomento e capacitação para a implementação eficaz dessa política.

A análise do diálogo com os gestores reforça a visão de Paulo Freire em “Educação como Prática da Liberdade” (1997), que defende uma educação libertadora, baseada no diálogo, na reflexão crítica e na justiça social. Ambos os gestores destacam o potencial do Re-Saber para promover inclusão, valorização de saberes não formais e democratização do acesso à educação, alinhando-se à missão institucional do IFES.

[...] eu acho que a gente tem que sair um pouco da escola, dos muros do *campus*, daquilo que a gente está acostumado a fazer, porque a sociedade está mudando. E se a gente não acompanhar essa mudança, não acompanhar as necessidades que a sociedade tem, a gente vai começar, daqui a pouco, a perder (Gestor 2 do Ifes).

O compromisso dos docentes em colaborar com metodologias inclusivas e superar desafios institucionais demonstra um ambiente favorável à implementação da política. O Gestor 1 salienta que “A gestão precisa transformar os desafios em ações tangíveis, com diálogo e enfrentamento ativo”. Nesse sentido, o sucesso do Re-Saber dependerá de gestão proativa, diálogo contínuo e uma abordagem transformadora, capaz de atender às demandas educacionais da sociedade e de valorizar trajetórias diversas, em consonância com os princípios de Freire.

Por fim, as perspectivas dos gestores refletem um compromisso com a missão institucional e a visão de Paulo Freire, que defende a educação como prática de liberdade e transformação social. O Re-Saber tem o potencial de alinhar o IFES a uma educação inclusiva e emancipadora, que reconheça e valorize os saberes diversos dos sujeitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo analisou a viabilidade da implementação do sistema Re-Saber para o reconhecimento e certificação de saberes adquiridos fora do ensino formal, com ênfase na EJA no contexto do Proeja. Por meio de uma abordagem qualitativa, com estudo de caso nos *campi* Serra e Vitória, foram utilizados questionários, entrevistas, rodas de conversa e grupos focais para compreender as percepções dos diversos atores envolvidos no processo.

Os resultados evidenciaram que os estudantes trabalhadores valorizam fortemente a possibilidade de reconhecimento formal de seus saberes, enxergando essa certificação como um meio de validação de suas experiências e um passo essencial para melhorar suas perspectivas de empregabilidade. Os docentes e coordenadores, por sua vez, reconhecem a importância da política, mas enfatizam a necessidade de formação continuada e reorganização curricular, de modo que a certificação não seja apenas um processo burocrático, mas um mecanismo de valorização efetiva dos sujeitos da EJA. Já os gestores institucionais apontam que, embora o IFES possua condições para implementar a política, desafios como infraestrutura e resistência cultural ainda precisam ser superados.

A análise do contexto normativo demonstra que o Brasil tem avançado na estruturação de políticas de certificação de saberes. A publicação da Portaria nº 902/2024, que instituiu a Rede Nacional de Certificação Profissional (Rede Certifica), representa um marco nesse processo, evidenciando um movimento crescente de inclusão e valorização das aprendizagens adquiridas fora do ambiente formal. Esse avanço está em consonância com a Lei nº 11.892/2008 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996, que estabelecem o reconhecimento de saberes como uma obrigação institucional dos Institutos Federais.

Os achados da pesquisa reforçam a necessidade de aprimoramento contínuo dessas políticas para garantir que sejam acessíveis e eficazes. Assim como a Rede CERTIFIC foi o primeiro passo normativo para atender a uma demanda social histórica, este trabalho reforça a necessidade de continuidade e aperfeiçoamento dessas políticas, adequando-as às novas realidades para garantir que o reconhecimento de saberes se torne uma prática acessível a todos e todas.

Em consonância com a perspectiva freireana de educação emancipatória (Freire, 1996; Gadotti, 2014), compreende-se que a certificação de saberes não deve ser apenas um instrumento técnico-administrativo, mas um mecanismo de justiça social, que reconheça e valorize as trajetórias dos sujeitos historicamente marginalizados pelo sistema educacional.

A implementação bem-sucedida do Re-Saber no IFES dependerá de estratégias que combinem inovação metodológica, capacitação docente e mudanças institucionais que assegurem a legitimidade do processo. O desenvolvimento de metodologias participativas, como portfólios digitais e avaliações contextualizadas, pode contribuir para garantir um processo rigoroso e alinhado às demandas educacionais e profissionais.

Diante do exposto, espera-se que este estudo contribua para o avanço do debate sobre o reconhecimento e certificação de saberes adquiridos ao longo da vida, fortalecendo a implementação de políticas públicas mais inclusivas e equitativas. Assim como a Rede Certifica representa um avanço normativo, este estudo reforça a necessidade de continuidade e aprimoramento dessas iniciativas, garantindo que o reconhecimento de saberes se torne uma prática efetiva e acessível a todos, promovendo uma educação comprometida com a equidade e a valorização das experiências individuais e coletivas.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Luis Medeiros. Reconhecimento, Validação e Certificação de Saberes Experienciais: desafios para a formação continuada e as relações de trabalho. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 13-30, 2014.

ANDERSSON, Per; OSMAN, Ali. Recognition of prior learning as a practice for differential inclusion and exclusion of immigrants in Sweden. **Adult education quarterly**, v. 59, n. 1, p. 42-60, 2008.

ANDERSSON, Per; FEJES, Andreas; SANDBERG, Fredrik. **Recognition of prior learning**. Routledge, 2017.

ANÍBAL, Alexandra. Da educação permanente à aprendizagem ao longo da vida e à Validação das aprendizagens informais e não formais: recomendações e práticas. **CIES e-Working Paper**, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e tecnológica. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. **Documento Base**. Brasília: 2007. Disponível em https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/setec/proeja_medio.pdf/view. Acesso em 17 ago de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (MEC/SETEC) e Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB). **Parecer CNE/CEB Nº: 11**, de 9 de maio de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: 2012a

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 6**, de 20 de setembro de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: 2012b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 8**, de 2 de maio de 2014. Regulamenta o desenvolvimento de processos de certificação profissional no âmbito da Rede Nacional de Certificação Profissional - Rede CERTIFIC. Brasília: 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 24**, de 19 de janeiro de 2021. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Reconhecimento e Certificação de Saberes e Competências Profissionais - Re-Saber, no âmbito do Ministério da Educação. Brasília: 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 902**, de 09 de setembro de 2024. Institui a Rede Nacional de Certificação Profissional no âmbito do Ministério da Educação - Rede Certifica, no âmbito do Ministério da Educação. Brasília: 2024

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo (1967). **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária. In: **Congresso Internacional de Pedagogia Social**. 2012.

GADOTTI, Moacir. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos**. São Paulo: Moderna: Fundação Santillana, p. 1575-0345, 2014.

HICKENBICK, Claudia; RAMOS, Elenita Eliete de Lima; ROSA, Patrícia. Educación y dignidad humana-intersección de caminos. **Pensamiento Actual**, v. 17, n. 28, p. 186-196, 2017.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio **Teixeira**. Dados sobre a escolaridade da população brasileira. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 5 fev. 2025.

LÜDKE, Menga.; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Alínea, 2010

MAURER, Markus. The limits of reforming access to vocational qualifications: the slow expansion of recognition of prior learning (RPL) in Sweden and Switzerland. **Journal of Vocational Education & Training**, v. 75, n. 3, p. 543-563, 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OECD. **Recognition of prior learning: A practical guide for policy makers**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/els/emp/skills-and-work/adult-learning/booklet-rpl-2023.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2025.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete Lições Sobre Educação de Adultos**. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: conceitos, tipologias e sub-áreas. 2022. Disponível em

<https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>. Acesso em 16 set 2024.